

RN pede vacinação prioritária de policiais

COVID-19. 3 | Estado reforçou o pedido para que o Governo Federal inclua os agentes da segurança pública estadual no plano nacional de vacinação



SANDRO MENEZES / GOVERNO DO RN
PM patrulha orla urbana de Natal

Pesquisa prova eficiência de protocolos sanitários

RESULTADO. 7 | Segundo a pesquisa, que entrevistou mais de 20 mil potiguares, a prevalência do vírus foi maior entre quem não adotou o distanciamento social



ELISA ELSIE / GOVERNO DO RN
RN garantiu oferta de oxigênio

Aumento no fornecimento de oxigênio é conquistado

PANDEMIA. 15 | Acréscimo de 25% na quantidade de oxigênio entregue pela empresa White Martins será voltado para vários municípios potiguares

Agora Estado é um informe publicitário produzido com material da Assecom-RN

AGORA ESTADO

TERÇA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2021 | EDIÇÃO Nº 16 | ANO V | 9.000 EXEMPLARES

Governo do RN adota medidas de auxílio aos setores produtivos

ECONOMIA. 4 E 5 | Governo do Estado conseguiu a aprovação nacional de medida para diminuir os impactos negativos da pandemia. Contribuintes inseridos no Simples Nacional terão um alívio pelos próximos 90 dias, já que os vencimentos dos impostos foram adiados para o segundo semestre. Gestão estadual já havia decretado medidas locais em favor dos empresários, sobretudo os proprietários de bares, restaurantes e similares.

RECURSOS

JOÃO VITAL / GOV RN



JOÃO VITAL / GOVERNO DO RN

GOVERNO INVESTE R\$ 115 MILHÕES EM ACESSO À ÁGUA

▶ Governo Cidadão quer universalizar o acesso à água e trazer segurança hídrica para o Estado. Ações incluem a construção de miniadutoras, passagens molhadas, implantação de caixas d'água, cisternas e perfuração de poços, beneficiando cerca de 20 mil pessoas. Pag. 2

Governo Cidadão investe mais de R\$ 115 milhões em acesso à água

ÁGUA | Governo do Rio Grande do Norte vai investir mais de R\$ 115 milhões para universalizar o acesso à água e trazer segurança hídrica para o Estado. Ações incluem a construção de miniadutoras, passagens molhadas, implantação de caixas d'água, cisternas e perfuração de poços, beneficiando cerca de 20 mil pessoas, sendo 55% mulheres e 14% jovens

O Governo do Rio Grande do Norte vai investir mais de R\$ 115 milhões em ações de acesso à água, espalhadas pelos quatro cantos do Rio Grande do Norte, via Projeto Governo Cidadão. São diversas iniciativas com o objetivo de universalizar o acesso à água e trazer segurança hídrica para o Estado, observando as dificuldades do semiárido e abastecendo os potiguares que estavam em áreas até hoje desassistidas. E todo esse trabalho é também integrado à educação ambiental, para que o recurso seja bem aproveitado.

Setenta e um municípios receberam 156 subprojetos de acesso à água através da parceria com a Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social (Sethas). As ações incluem a construção de miniadutoras, passagens molhadas, implantação de caixas d'água, cisternas e perfuração de poços, totalizando R\$ 33 milhões investidos e 20 mil pessoas beneficiadas, sendo 55% mulheres e 14% jovens. Estes projetos promovem como contrapartidas ambientais a utilização, por exemplo, de sistemas de reuso de águas cinza, quintal produtivo ou plantio de mudas na comunidade.

No início deste ano, 123 associações comunitárias beneficiadas começaram a receber capacitação em gestão da água. O secretário de Gestão de Projetos e Metas e coordenador do Governo Cidadão, Fernando Mineiro, destacou a importância da integração entre os órgãos de governo nas ações relacionadas à água. "Estamos agora na etapa de capacitar os beneficiários de 123 associações para a gestão dos sistemas de abastecimento. E isso só tem sido possível graças à parceria com a Semarh, Igarn e Caern. A integração entre as secretarias e órgãos de governo tem sido fundamental para o andamento de ações como essa", disse.



No início deste ano, 123 associações comunitárias de todo o território potiguar beneficiadas começaram a receber capacitação em gestão da água

Outro investimento importante é a recuperação da barragem de Pataxó, em Ipanguaçu, que está em um novo processo de licitação após exigências do Banco Mundial, já que a obra é financiada pelo acordo de empréstimo. O investimento previsto é de R\$ 10 milhões. O Governo recebe propostas para a obra até o próximo dia 6 de abril. Mais informações podem ser obtidas em governocidadao.rn.gov.br.

Quando pronta, a obra de recuperação da barragem irá beneficiar mais de 15 mil pessoas em Ipanguaçu e entorno. O reservatório tem capacidade de armazenar 15 milhões de metros cúbicos e cumpre importante papel na manutenção de projetos de irrigação e desenvolvimento da agricultura na região do Vale do Açu. Segundo Mineiro,

a nova licitação foi necessária para ajustar erros no projeto antigo e também adaptá-lo ao Painel de Segurança de Barragens nacional.

Dois grandes obras de esgotamento sanitário estão concluídas em Cerro-Corá e São Miguel do Gostoso, levando saúde e qualidade de vida para a população desses municípios. Os recursos aplicados somam R\$ 45 milhões. Paralelamente a isto, estão em andamento ou concluídas cinco obras de abastecimento em Campo Redondo, Baraúna, Pedra Grande, Jardim do Seridó e São Miguel do Gostoso, mudando a realidade de milhares de norte-rio-grandenses que até então não tinham água encanada. Os investimentos somam R\$ 25 milhões, também via acordo de empréstimo.

MACROZONEAMENTO PIRANHAS-AÇU

O Macrozoneamento Ecológico e Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas Açu é uma iniciativa que visa conciliar, através do planejamento e da gestão territorial, o desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental na região da bacia. Sua elaboração foi concluída em setembro de 2020. A última etapa restante é a distribuição das cartilhas com os resultados obtidos e orientações à população em geral. O investimento do Governo no macrozoneamento é de R\$ 3.088.042,12, com recursos do

Banco Mundial.

Ao longo de 2019, o Governo realizou diversas oficinas nos municípios que compõem a bacia para ouvir da população sugestões para o macrozoneamento. Uma cartilha será distribuída à população, com um resumo dos estudos realizados e todo o trabalho feito junto às comunidades, além de conscientização das pessoas para preservação do rio. Quinze operadores de órgãos do Governo serão treinados para alimentarem o Sistema de Informações Geográficas (SIG) criado para o macrozoneamento.

Além disso, também serão treinados 40 usuários, que deverão fazer uso do SIG para planejar e implementar políticas públicas em seus municípios e secretarias estaduais e/ou municipais.

RIO POTENGI

O Rio Potengi, um dos principais do Estado e que dá nome ao Rio Grande do Norte, também tem um trabalho do Governo do RN para recuperação da sua nascente. O Projeto Governo Cidadão atuou como articulador dessa iniciativa junto à Semarh, Idema, Igarn, Prefeitura de Cerro-Corá e universidades, e entregou um esboço de projeto de recuperação da área em novembro de 2020.

O projeto está em andamento ao longo deste ano e a Semarh tem em sua programação uma perfuração de poço na localidade, que servirá à dessedentação animal das criações da comunidade, o que permitirá o cercamento e restauração da nascente, sem prejudicar as necessidades locais de quem mora na região.

RN pede inclusão dos policiais no grupo prioritário para vacinação

COVID-19 | Estado reforçou o pedido para que o Governo Federal inclua os agentes da segurança pública estadual no plano nacional de vacinação. Secretários ressaltam a situação de vulnerabilidade a que estão sujeitos os profissionais de segurança pública “na luta diária de combate à criminalidade, assim como nas medidas sanitárias para controle da pandemia”

SANDRO MENEZES / GOVERNO DO RN

O Governo do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (Sesed), reforçou o pedido para que o Governo Federal inclua os agentes da segurança pública estadual no plano nacional de vacinação contra a Covid-19.

“A defesa para que se priorize a vacinação dos profissionais da saúde, educação e segurança tem a concordância do nosso Governo. Esperamos que a União dê as condições para que possamos pôr essa questão em prática, mas se não o fizer nós iremos estudar as condições para fazê-lo”, destacou a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra.

Na segunda-feira, 22 de março, uma segunda carta, que também é subscrita pelo secretário Francisco Canindé de Araújo – que compõe o Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública (Conseps) – foi entregue aos ministros da Saúde (MS) e da Justiça e da Segurança Pública (MJSP).

O Conseps quer que policiais de todo o país, assim como os demais servidores que atuam na área da segurança pública, possam ser incluídos na lista de prioridades para a vacinação contra a doença.

Na carta, coronel Araújo chama a atenção para a morte de 34 agentes de segurança em território potiguar, vítimas do novo coronavírus (Covid-19).

“Quando elaboramos esta carta, o Rio Grande do Norte já havia perdido 27 agentes de segurança para a Covid. Porém, este número já aumentou para 34 casos. Foram 20 aposentados ou reservistas e mais 14 servidores da ativa que dedicaram a vida inteira a salvar o próximo, mas que infelizmente padeeceram diante desta triste doença. Diariamente, temos milhares de homens e mulheres que estão nas ruas, na linha de frente,



Secretaria Estadual de Segurança Pública reforçou o pedido para que o Governo Federal inclua os agentes da segurança pública estadual no plano nacional de vacinação contra a Covid-19

combatendo a criminalidade e também enfrentando mais este inimigo, que é o coronavírus, e para isso precisamos da vacina como proteção”, destacou coronel Araújo.

No documento enviado ao então ministro da Saúde (Eduardo Pazuello), os secretários ressaltam a situação de vulnerabilidade a que estão sujeitos os profissionais de segurança pública “na luta diária pela preservação da ordem pública e de combate à criminalidade, assim como, nas medidas sanitárias para controle da pandemia, que incluem, muitas vezes, a realização de procedimentos pré hospitalares de urgência realizados pelas forças policiais, somados ao transporte de enfermos entre estados e municípios, em face do esgotamento dos leitos em algumas localidades”

“

Diariamente, temos milhares de homens e mulheres que estão nas ruas, na linha de frente, combatendo a criminalidade e também enfrentando mais este inimigo, que é o coronavírus, e para isso precisamos da vacina como proteção”

CORONEL ARAÚJO
TITULAR DA SESED

PREVENÇÃO DE CASOS

Para o ministro André Mendonça, da Justiça e da Segurança Pública, os secretários listaram a situação crítica que se encontram alguns estados brasileiros. Além do Rio Grande do Norte, também foram relatados casos de grande mortalidade nos estados de Goiás, Acre, São Paulo, Rio Grande do Sul e ainda no Distrito Federal.

Em vários Estados, ainda de acordo com o Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública (Conseps), os governadores estão assumindo a responsabilidade por promover a vacinação de seu efetivo policial, justamente por conviver de perto com essa crise que tão intensamente alcança as formas de segurança. É o caso do Pará, Amazonas e Distrito Federal.

“Conforme visto, o cenário apresentado demanda grande atenção por parte do Poder Público. Os órgãos de segurança pública têm se colocado na linha de frente em ações essenciais para o combate à pandemia. Ao mesmo tempo, crescem as vítimas neste meio, colocando em perigo tais ações. E, além disso, movimentos classistas podem levar à paralisação dos serviços”, diz o documento.

“A situação de crise é a mesma em todo o país, a reclamar uma resposta uniforme para todos os Estados, evitando-se assim que as forças de segurança sofram ainda mais os impactos da pandemia, ao ponto de inviabilizar o cumprimento de suas missões constitucionais”, reforça o documento.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE ECONÔMICAS DE AUXÍLIO AOS SETORES

ECONOMIA | Governo do RN conseguiu a aprovação nacional de medida para diminuir os impactos negativos da pandemia. Contribuintes inseridos no Simples Nacional terão um alívio pelos próximos 90 dias no que se refere à carga tributária.

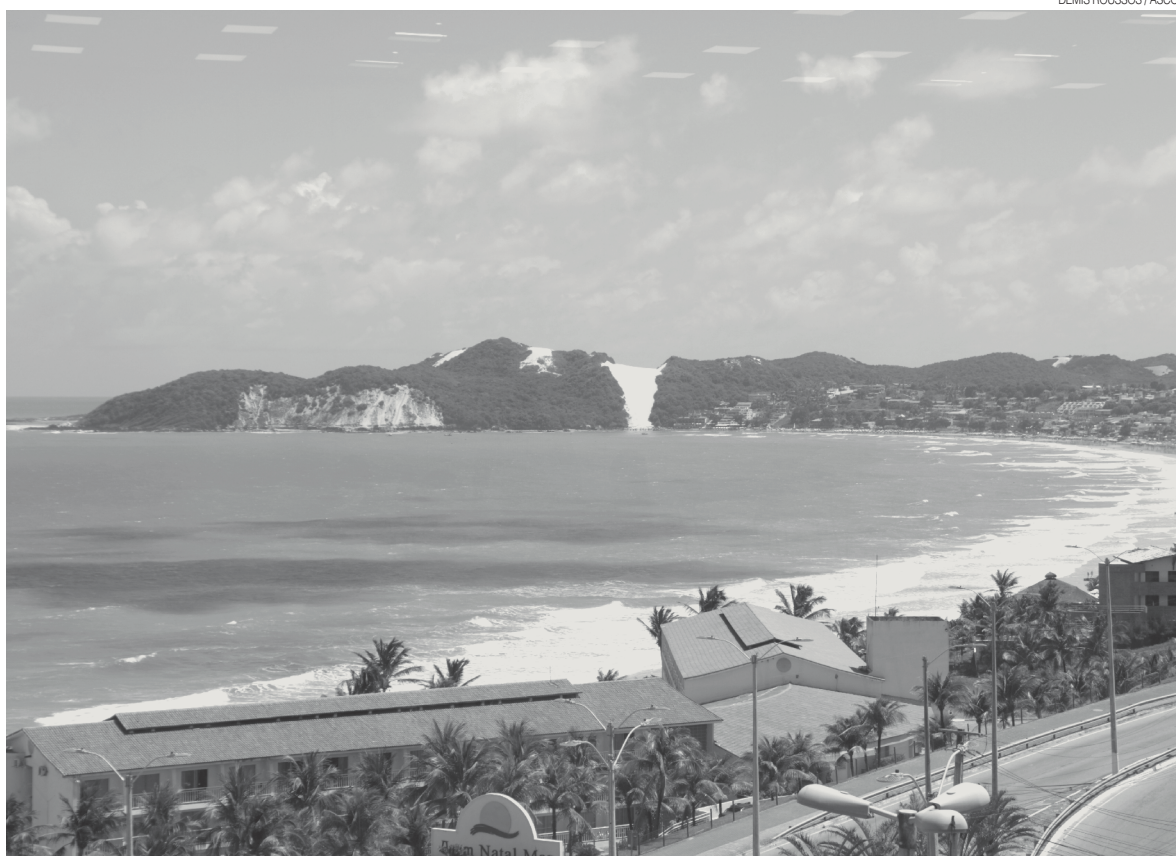
O Governo do Rio Grande do Norte, através de um trabalho de articulação, conseguiu a aprovação nacional de mais uma medida para diminuir os impactos negativos da pandemia da Covid-19 para o setor produtivo. Os contribuintes que estão inseridos no Simples Nacional terão um alívio pelos próximos 90 dias no que se refere à carga tributária.

Isso porque o Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) decidiu adiar os vencimentos dos oito impostos que são recolhidos na guia única do período entre os meses de março e maio para somente o segundo semestre. A medida foi autorizada pela Resolução 154 do comitê e foi publicada no Diário Oficial da União.

Os tributos relativos a março, por exemplo, poderão ser quitados em duas parcelas, sendo a primeira apenas em julho e a outra em agosto, e assim com as demais subsequentes. A prorrogação vai beneficiar 208.373 mil empresas optantes pelo Simples Nacional no estado segundo a Receita Federal, sendo 119,4 mil contribuintes de ICMS, que é o tributo do Simples recolhido para o estado.

A medida atende a um pedido dos empresários, que pleitearam ainda na fase do toque de recolher a prorrogação dos vencimentos junto ao Governo do Estado, que, em uma articulação no Comitê de Secretários de Fazenda e Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), conseguiu que a pauta fosse levada ao CGSN, aprovada nacionalmente e publicada.

De acordo com o texto publicado pelo CGSN, a partir do vencimento de cada período de apuração, o pagamento poderá ocorrer em até duas quotas mensais, iguais e sucessivas, sendo que a primeira quota deverá ser paga até a data de vencimento do período de apuração respectivo e a segunda deverá ser paga até o dia 20 do mês subsequente.



Governo do Estado simplificou uma série de exigências para concessão de financiamentos para o setor ligado ao turismo potiguar

CALENDÁRIO

- Período de apuração de março de 2021, com vencimento original em 20 de abril de 2021, poderá ser pago em duas parcelas iguais, sendo a 1ª em 20 de julho e a 2ª em 20 de agosto de 2021

- Período de apuração de abril de 2021, com vencimento original em 20 de maio de 2020, poderá ser pago em duas parcelas iguais, em 20 de setembro e 20 de outubro de 2021

- Período de apuração de maio de 2021, com vencimento original em 20 de junho de 2020, poderá ser pago em duas parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento em 22 de novembro e a segunda vencendo em 20 de dezembro de 2021.

MAIS MEDIDAS ESTADUAIS

Além do pedido para prorrogação dos impostos das micro e peque-

nas empresas, que estava entre as medidas para minimizar os efeitos do fechamento dos estabelecimentos não essenciais para controle do avanço da Covid no Rio Grande do Norte, o Governo do Estado já havia decretado medidas locais em favor dos empresários, sobretudo os proprietários de bares, restaurantes e similares.

A primeira medida foi o adiamento do vencimento do ICMS de março para 31 de maio para aqueles contribuintes desse setor que não estão no Simples Nacional, ou seja, são optantes do chamado regime normal. Esses vencimentos serão prorrogados automaticamente para as empresas que tem Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) como atividade principal essa área de bebidas e alimentação fora do lar. Aqueles negócios que

atuam na área, mas têm no CNAE como atividade secundária, precisam solicitar junto à Secretaria Estadual de Tributação a inclusão.

“Temos uma imensa preocupação com o aspecto econômico, e especialmente com a vida. Estamos diariamente em busca de planejamento e diálogo, exatamente no sentido de chegarmos ao que é necessário, e viável. Para cada decisão, a necessidade de estudar como será executada, de forma planejada, e de uma forma ou de outra no sentido de propósito maior: a preservação de vidas”, disse a governadora Fátima Bezerra.

Na parte de legislação fiscal, o Governo também optou por prorrogar o prazo de validade da Certidão Negativa de Débitos por 120 dias da data de sua expedição e também suspendeu a obrigatoriedade da

entrega do Extrato Fiscal dos contribuintes, cuja data limite para o envio do documento seria o fim de maio.

O Rio Grande do Norte também conseguiu aprovação no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) de um outro pleito do setor produtivo: a renovação do programa de regularização tributária, o Super Refis. A proposta foi acatada e as adesões podem ser feitas até 31 de maio. O estado conseguiu ainda mais um benefício para o empresariado, ao aprovar a permissão da inclusão no programa de refinanciamento os débitos contraídos até 31 de dezembro de 2020 - uma extensão de cinco meses a mais de débitos passíveis de renegociação e parcelamento, já que antes a data limite era 31 de julho do mesmo ano. Apesar de autorizada pelo órgão federal, a medida, no entanto, precisa de um projeto de lei a ser aprovado pela Assembleia Legislativa.

O secretário de Planejamento e Finanças, Aldemir Freire, destacou que o Governo adotou medidas em consonância com as prefeituras e ministérios públicos para aumentar o índice de isolamento social. E para reduzir o impacto na vida de pessoas e na economia, o Governo do Estado adquire, em conjunto com estados do Nordeste, a vacina russa e adota uma série de medidas específicas às empresas, notadamente o setor mais afetado, de bares e restaurantes. Além da prorrogação do Simples Nacional, ações como uma linha de crédito específica na AGN, suspensão de cobrança da tarifa de água por 90 dias, parcelamento da conta de gás da Potigás. “Ressalto, ainda, as medidas adotadas às pessoas físicas, microempreendedores e trabalhadores informais. Para essas categorias também foi criada uma linha específica na AGN no valor de até 12 mil reais por empréstimo a ser paga sem juros. Também iremos distribuir 30 mil cestas básicas e estamos isentando a taxa da Caern à população de baixa renda, além de

ADOPTA MEDIDAS PRODUTIVAS

nos 90 dias, já que os vencimentos dos impostos foram adiados para o 2º semestre

suspender o corte de fornecimento de água nos próximos 90 dias por inadimplência. Essa é a contribuição do Governo para enfrentarmos esse período de crise e voltarmos o mais rápido possível à normalidade e aos investimentos”, destacou.

PACOTE DE MEDIDAS DE CRÉDITO PARA BARES, RESTAURANTES E SETOR DO TURISMO

O Governo do Estado, por meio da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte, simplificou uma série de exigências para concessão de financiamentos e assegura a disponibilidade de R\$ 10 milhões em crédito para capital de giro destinado a bares, restaurantes e empresas com atuação relacionada ao setor de turismo e lazer.

O financiamento via Fundo Geral do Turismo (Fungetur) pode ser realizado com uma carência de até 12 meses e o pagamento parcelado em até 36 meses. A taxa de juros é de 5% ao ano. Já no caso do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o prazo é de 36 meses, incluindo até 12 meses de carência, e uma taxa de juros de 1,32% ao ano + IPCA, para financiamento no valor de até R\$ 50 mil. E diante de diversos pleitos do setor, a instituição realizou a simplificação dos processos internos para assegurar uma velocidade ainda maior na liberação do crédito e passa a não exigir mais a apresentação de balanço financeiro para financiamentos de até R\$ 50 mil. Também foi dispensada a apresentação de licenciamento ambiental para bares e restaurantes.

O plano de negócio a ser entregue junto à documentação pode ser simplificado, assim como, empresas limitadas passam

a ter os sócios como avalistas dos financiamentos, agora, sem a exigência anterior de apresentação de um terceiro como avalista. A Agência, inclusive, tem trabalhado para disponibilizar, além dos canais digitais já ofertados, uma plataforma online própria para facilitar o acesso ao crédito.

A governadora Fátima Bezerra anunciou a medida: “Esse crédito está sendo lançado em um momento muito importante, em que estamos vivendo a pior fase da pandemia e tivemos que reduzir o horário de funcionamento dos estabelecimentos. Na ausência de auxílio federal, essa foi a maneira que encontramos para dar apoio aos nossos empresários e, junto com outras iniciativas, garantir a manutenção dos empregos dos trabalhadores desse segmento.” A diretora presidente da AGN, Márcia Maia destacou o trabalho incessante, sob o comando da governadora e professora Fátima Bezerra, para garantir ao empreendedor cada vez mais alternativas para enfrentar a pandemia, preservar empregos e renda. “Menos burocracia, menor complicação, e crédito mais rápido para o empreendedor. É a luta do Governo do Rio Grande do Norte em favor da preservação das vidas e da dignidade de empreendedores e trabalhadores”, afirma Márcia.

O presidente da seccional da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) no RN, Paolo Passariello, aprovou as medidas propostas. “A Abrasel vê como muito importante o anúncio do Governo com apoio às empresas do setor de Alimentação Fora do Lar através da AGN. As medidas surgiram do diálogo aberto para que se buscassem alternativas para os Bares e Restaurantes. Uma boa conquista, mas precisamos ainda mais para

evitar um abalo nas empresas e a demissão em massa”, conclui Passariello. Para mais informações ou iniciar o processo para contratação do crédito, o empreendedor pode entrar em contato via whatsapp ou telefone através dos números 84 99136-1897 ou 99640-0700 e também pelo email gerop@agnrn.com.br. No caso de financiamentos via Fungetur, as empresas precisam estar no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Mtur – Cadastur. O cadastro é gratuito, sai em até cinco dias úteis e pode ser feito através do site www.cadastur.turismo.gov.br.

PANDEMIA

Em um ano de pandemia, o Governo do Estado, já garantiu apoio a 721 empresas e empreendedores de diversas atividades ligadas ao setor do turismo, como, por exemplo; hotéis, pousadas, agências de viagens, guias de turismo, bugueiros, ambulantes, bares, restaurantes, lanchonetes e lojas de artesanato. São mais de R\$ 5,2 milhões injetados exclusivamente neste setor.

O volume total de recursos financiados neste período ultrapassa R\$ 30 milhões com 6.110 empreendedores assistidos. O investimento total chega a R\$ 30,1 milhões entre os dias 24 de março de 2020 e 12 de março de 2021. A instituição ampliou parcerias com Sebrae, Câmaras de Dirigentes Lojistas, Prefeituras e Associações pelo estado, além de atuar ao lado da Fundação José Augusto, Setur, Semjdh, Sethas, Sedraf para ampliar o atendimento a empreendedores e negócios de setores como Cultura, Turismo, Empreendedorismo Jovem, Economia Solidária e Agricultura Familiar. Foram ampliados prazos de carências e limites de financiamento, criadas novas linhas e diversificadas as

ferramentas de atendimento ao empreendedor. A AGN se habilitou junto ao Sebrae para utilizar o Fundo de aval às Micro e Pequenas Empresas para concessão do crédito para os empreendedores.

CONFIRA AS PRINCIPAIS MEDIDAS DO NOVO PACOTE:

Garantia de R\$ 10 milhões em crédito para o setor; Crédito via Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o setor; Dispensa da exigência de balanço financeiro para financiamentos até R\$ 50 mil; Dispensa de apresentação de licenciamento ambiental para bares e restaurantes; Apresentação de plano de negócio simplificado; Dispensa da exigência apresentação terceiro como avalista para empresas limitadas; Ampliação da equipe do setor para dar mais celeridade ao processo de liberação do crédito; Elaboração de plataforma online para facilitar acesso ao crédito.

CONFIRA DOCUMENTAÇÃO BÁSICA NECESSÁRIA:

Cadastro no CADASTUR; Operações até R\$ 50.000,00; Contrato social e aditivos; CNPJ; Documento pessoais dos sócios; Certidão de casamento dos sócios; Alvará de funcionamento em dia; Certidões estadual e municipal.

POTIGÁS LANÇA NOVA POLÍTICA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS

A Companhia Potiguar de Gás (Potigás), também afetada pela redução do volume de gás natural comercializado, fez uma análise de mercado e atendendo a pleitos como o da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) e também do setor de hotelaria, está lançando uma nova política de parcelamento de faturas para

clientes comerciais e industriais de pequeno porte. A medida visa contribuir com os usuários que enfrentam dificuldades financeiras nesse momento de isolamento social, indispensável para evitar maior propagação do vírus.

Os clientes que utilizam até 1.000m³ de gás por dia, com débitos de até 150 mil reais, vencidos ou com vencimento até 30/04/2021, poderão parcelar as suas faturas em até 6 vezes, com a excepcional dispensa dos encargos financeiros para aqueles que pagarem em dia o parcelamento acordado.

Os clientes que optarem pelo parcelamento, podem entrar em contato pelo 3204-8500 ou pelo e-mail: financeiro@potigas.com.br e consultar as condições oferecidas. Essa é mais uma medida adotada pela Potigás de auxílio aos usuários do gás natural canalizado. Em 2020, além da política de parcelamento, a Companhia realizou o Circuito Gourmet Potigás, elaborado para aquecer as vendas dos restaurantes que atendiam nos sistemas delivery e take away. Foi realizada a doação de cestas básicas e kits de higiene pessoal para as famílias do interior.

ISENÇÃO DE CONTAS DA CAERN

A partir de 1º de abril estarão isentos do pagamento da tarifa de água e esgotos os já cadastrados no sistema da Caern como usuários da tarifa social e na categoria de bar, restaurante ou similares. A medida do Governo do Estado vale até 30 de junho de 2021.

O benefício será concedido automaticamente. Medida beneficia ainda usuários cujas atividades estejam enquadradas, no sistema da Caern, na Classificação Nacional de Atividades Econômicas no grupo 56.1 (restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas). Também fica suspensa a interrupção do fornecimento de água por inadimplência.

Política de Assistência Social do RN é aprovada pelo Conselho Estadual

AVANÇO | Projeto de Lei segue para aprovação na Assembleia Legislativa. Política vai dar para a população mais vulnerável a garantia dos mínimos direitos sociais

O Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) aprovou o Projeto de Lei Complementar (PL) que regulamenta a Política de Assistência Social no Rio Grande do Norte (PEAS/RN) e será um marco no governo da professora Fátima Bezerra, 28 anos depois de aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Agora o Projeto de Lei seguirá para o Gabinete Civil do Governo do Estado, responsável por encaminhar para a Assembleia Legislativa do Estado o Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no RN.

De acordo com a titular da SETHAS (Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social), Iris Oliveira, esta foi a terceira reunião do Conselho que tratou de forma exaustiva o PL como manda a legislação federal do SUAS. “Qualquer normativa da política de assistência social deve ser pactuada na Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e aprovada pelo Conselho Estadual”.

Iris Oliveira destaca ainda que a aprovação é acontecimento importante. De acordo com ela, desde a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 e da Lei do SUAS, em 2011, o estado do Rio Grande do Norte tinha pendente a regulamentação da política de assistência social. Inclusive, o Ministério Público vem acompanhando esse processo e cobrando a regulamentação.

A secretária destaca a necessidade de aprovação do PL. “A assistência social, direito de cidadania e dever do Estado, é uma política de seguridade social não contributiva, que garante a todas e todos, o atendimento às suas necessidades básicas de sobrevivência”, define.

Com a aprovação do Projeto de



A titular da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, Iris Oliveira, explica que a política vai dar para a população mais vulnerável garantia de direitos fundamentais

Lei Complementar pela Assembleia Legislativa ficará instituída a Política Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Norte (PEAS/RN). É um avanço que vai dar para a população mais vulnerável a garantia dos mínimos direitos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e o atendimento a direitos e seguranças sociais asseguradas no âmbito desta política pública, explica a secretária.

CEAS

Para o presidente do CEAS/RN, Richardson Lenine de Alencar Carvalho, o PL é completo e importante no sentido da modernização do padrão de aplicabilidade da política de assistência social diante da composição social que o Brasil se encontra hoje com grande diversidade de segmentos e movimentos sociais.

“Um dos principais eixos que me traz uma extrema satisfação com a

aprovação do PL do SUAS aqui no RN, por parte do CEAS já pactuado na CIB, é nós termos um alinhamento com pontos que são fundamentais para a sociedade civil como o marco regulatório da sociedade civil (MROSC)”, complementa o presidente do CEAS/RN. Ele vê com satisfação a inclusão clara, direta e textual de segmentos como as comunidades tradicionais presentes no RN, no Projeto de Lei que vai reger a política de assistência social estadual.

Richardson Lenine de Alencar Carvalho destaca que em 26 anos de institucionalização do CEAS é a primeira vez que um representante de organizações de usuários preside o órgão.

“Para nós a PL é um marco histórico preestabelecido. Claro que ainda tem o trâmite comum na Assembleia (Legislativa) e encabeçamos outros processo que é sensibilizar deputados e deputadas para que compreendam a importância da aprovação e de ime-

diato ponham em agenda para votar e aprovar o mais rápido possível pelo significado dela e da importância de sua aplicabilidade”.

A elaboração do texto do PL, neste momento aprovado pelo CEAS é resultado do debate e do diálogo entre os organismos de controle social como o CEAS, colegiado de gestores, o COE-GEMAS, a gestão do governo Fátima Bezerra, por meio da SETHAS, pontua Richardson Lenine.

“(Isso) nos traz a possibilidade de avançarmos o que não conseguimos avançar em governos de outrora”. Segundo ele, a representação da secretária Iris Oliveira e da secretária-adjunta Josiane Bezerra é importante para a manutenção do diálogo com os 167 municípios do Estado e os organismos da sociedade civil, como o próprio Conselho e coletivos como o Movimento Nacional da População em Situação de Rua liderado no RN por Vanilson Torres.

ARTIGOS

Nos 79 artigos do Projeto de Lei, estão as definições e os objetivos da Política Estadual de Assistência Social, seus princípios e diretrizes, como será a gestão das ações nessa área, organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A organização da Política Estadual de Assistência Social será coordenada pela Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), cuja atuação será feita de forma articulada com as esferas federal e municipal, observadas as normas do SUAS.

Ou seja, o Projeto de Lei estabelece e normatiza as competências da SETHAS enquanto órgão gestor, o que inclui implementar as diretrizes da assistência social no Estado e coordenar serviços, programas, projetos, benefícios e ações nesse âmbito.

ELISA ELSIE / GOVERNO DO RN

Covid-19: Pesquisa reforça eficiência dos protocolos sanitários

RESULTADO | Segundo a pesquisa, que entrevistou mais de 20 mil potiguares no mês de janeiro passado, a prevalência do vírus foi maior entre quem não adotou o distanciamento social

O resultado do Inquérito Sorológico, pesquisa contratada pelo Governo do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria Estadual da Saúde Pública (Sesap), reforça a eficiência da adoção dos protocolos sanitários na prevenção à Covid-19. Segundo a pesquisa, que entrevistou mais de 20 mil potiguares no mês de janeiro passado, a prevalência do vírus foi maior entre quem não adotou o distanciamento social (17,7%) e significativamente menor (7,2%) entre aqueles que adotaram.

O levantamento foi realizado pela Instituto Piauiense de Opinião Pública e possui extrema importância para a adoção de políticas de saúde, prevenção e combate ao coronavírus no RN, uma vez que identifica o comportamento da doença em todos os 167 municípios.

Os resultados foram apresentados no último dia 12 - em uma cole-

tiva de imprensa - e apontaram que 6,5% da população investigada apresentou anticorpos para a Covid-19. As maiores prevalências foram em Caicó (12,3%) e Pau dos Ferros (12,7%) e a menor em São José de Mipibu (5,3%).

As maiores predominâncias foram identificadas na faixa etária a partir de 45 anos. Com relação ao sexo, as ocorrências são praticamente iguais. Em relação à raça/cor autorreferida, a identificação foi maior em negros (6,9%) em comparação com brancos (5,6%).

Todo o processo de planejamento do inquérito sorológico foi realizado em parceria entre a Sesap e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em julho de 2020.

Foram analisados oito municípios com sede de regionais de saúde no Estado: Pau dos Ferros, Mossoró, Assú, Natal, João Câmara, São José do Mipibu, Santa Cruz e Caicó. No total, 20.234 pessoas foram entrevistadas e examinadas com testes rápidos. Para tanto, 160 pesquisadores atuaram em campo no levantamento.

As projeções populacionais feitas pelo estudo apontam que 230 mil pessoas no Rio Grande do Norte já tiveram contato com o coronavírus.



Segundo a pesquisa, a prevalência do vírus foi maior entre quem não adotou o distanciamento social (17,7%) no Rio Grande do Norte

230 mil 17,7%

pessoas no Rio Grande do Norte já tiveram contato com o coronavírus, de acordo com as projeções populacionais feitas pelo estudo contratado pelo Governo do Estado

é o índice de prevalência do coronavírus entre as pessoas que não adotaram o distanciamento social. Taxa foi significativamente menor entre os potiguares que adotaram a medida (7,2%)

Sedraf discute medidas de ampliação do mercado para a agricultura familiar

GOVERNO DO RN



De acordo com o titular da Sedraf, Alexandre Lima, o momento agora é de apresentação da ação governamental, que tem a pasta como executora do Programa Estadual de Apoio à Implementação dos Consórcios Municipais de Inspeção Sanitária

MOBILIZAÇÃO | Finalidade é inserir os produtos de origem animal da agricultura familiar nas compras governamentais e em mercados privados. Devem ser implantados quatro consórcios ainda este ano

Com a finalidade de inserir os produtos de origem animal da agricultura familiar nas compras governamentais e em mercados privados, o Governo do RN, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (Sedraf), realizou reunião virtual para debater sobre a implantação dos Consórcios Municipais de Serviços de Inspeção Sanitária (SIM) com prefeituras de municípios da região Oeste potiguar.

A reunião contou com a participação do prefeito de Upanema,

Renan Mendonça, secretários de agricultura e representações de municípios da região. Neste primeiro momento foram convidados os municípios de Tibau, Mossoró, Baraúna, Upanema, Caraúbas, Felipe Guerra, Areia Branca, Apodi e Governador Dix-Sept Rosado.

De acordo com o titular da Sedraf, Alexandre Lima, o momento agora é de apresentação da ação governamental, que tem a pasta como executora do Programa Estadual de Apoio à Implementação dos Consórcios Municipais de Inspeção Sanitária. “Junto com a Emater - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – e com o Idiarn - Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN estamos mobilizando as prefeituras. Na próxima semana iremos nos reunir com os movimentos sociais e com os sindicatos da agricultura destes nove municípios”, disse Lima.

“

Estamos mobilizando as prefeituras. Na próxima semana iremos nos reunir com os movimentos sociais e com os sindicatos da agricultura destes nove municípios”

ALEXANDRE LIMA
TITULAR DA SEDRAF

Na ocasião, que também contou com a participação do diretor geral da Emater- RN, César Oliveira, do diretor de defesa e inspeção sanitária do Idiarn, Renato Dias, e dos deputados estaduais Isolda Dantas e Souza Neto, Alexandre Lima destacou que os consórcios municipais são uma estratégia para ampliar a inserção dos produtos originários do campo em diversos nichos, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento rural dos municípios do estado.

“Existe ainda um conjunto de etapas para a consolidação, mas o governo está empenhado. Nossa ideia é implantar quatro consórcios ainda este ano. Estamos agora num processo de mobilização”, concluiu Alexandre.

A reunião contou com a participação do prefeito de Upanema, Renan Mendonça, secretários de agricultura e representações de municípios da região.

“

Existe ainda um conjunto de etapas para a consolidação, mas o governo está empenhado. Nossa ideia é implantar quatro consórcios ainda este ano. Estamos agora num processo de mobilização”

ALEXANDRE LIMA
TITULAR DA SEDRAF

RN terá primeira legislação que regula serviços locais de gás canalizado

REGULAÇÃO | Minuta do Projeto de Lei foi discutida pelo Governo do Estado com parlamentares, especialistas em energias e sindicatos de motoristas por aplicativos

A governadora do Estado, Fátima Bezerra, afirmou que o Projeto de Lei apresentado e que estabelece normas para exploração dos serviços locais de gás canalizado no Rio Grande do Norte, em acordo com a lei federal, será um instrumento condutor de desenvolvimento para o Rio Grande do Norte quem, de acordo com ela, é protagonista nas áreas de energias em todo o país. A chefe do Executivo estadual fez a declaração no Workshop Regulação dos Serviços de Gás Natural no RN, promovido Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (Sedec) e Potigás.

Como a maioria dos estados brasileiros, o Rio Grande do Norte ainda não possui uma legislação estadual que regule os serviços de distribuição de gás natural canalizado, feito pela Companhia Potiguar de Gás (Potigás), detentora da concessão. Em torno disso, o seminário discutiu as bases para a futura lei estadual que deve regular os serviços locais do setor.

O RN é um dos maiores produtores de gás natural do país e essa condição, segundo a governadora, precisa avançar mais para que ele esteja a serviço do desenvolvimento do Estado com sustentabilidade. “Nosso Governo tem se empenhado para que esse protagonismo cresça cada vez mais”, destacou.

A posição de maior produtor de energia eólica do Brasil que o RN lidera, complementou a chefe do Executivo estadual, é resultado da ampliação dos investimentos do Governo do Estado nessa área. Com relação ao gás natural, as expectativas são de que a aprovação da lei traga avanço na matriz energética potiguar, acrescentou Fátima.

O gás natural distribuído exclusivamente no Rio Grande do Norte pela Potigás conta com quase 450 mil metros de gasoduto em Natal, Mossoró,



Serviços de distribuição de gás natural canalizado são feitos pela Companhia Potiguar de Gás (Potigás) no Rio Grande do Norte

Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba e Goianinha, e ocupa o segundo lugar em termos percentuais de geração de energia na matriz energética com 9% de produção.

Especialista na área de energia eólica, o senador Jean-Paul Prates participou do seminário e disse que a lei será um importante instrumento para consolidar as regras estaduais para o desenvolvimento da logística, comercialização e distribuição de gás canalizado, como também para promover a harmonização com regras que estão sendo implementadas nos estados vizinhos, além de nacionalmente.

Secretário da Sedec, Jaime Calado afirmou que a diretoria do Governo é que o gás natural seja uma opção energética eficaz na medida que seja atrativo em preços e, para isso, o Estado está reformulando o Programa de Incentivo do Gás. “Quanto melhor administrado o setor, maior é a participação do gás na vida das pessoas”, enfatizou.

“

Quanto melhor administrado o setor, maior é a participação do gás na vida das pessoas”

JAIME CALADO
TITULAR DA SEDEC

A diretora presidente da Potigás, Larissa Dantas, destacou que a minuta do PL tem como meta fazer com que o Estado seja competitivo de forma positiva no mercado proporcionando

melhores preços ao consumidor.

A proposta estabelece o limite de até 5 mil metros cúbicos de gás para qualquer consumidor industrial, uma oferta diferenciada do RN para o mercado, além de que a compra seja feita de forma direta aos produtores a custos menores. “Esperamos que a Assembleia Legislativa abrace o projeto, assim como a indústria, a sugestão de minuta”, ressaltou ao lembrar que o Rio Grande do Norte tem o gás mais barato porque a origem é local, o que deve beneficiar o consumidor.

De acordo com o coordenador de Desenvolvimento Energético da Sedec, Hugo Fonseca, o objetivo do Governo do Estado é dar transparência ao processo de regulamentação e com o devido retorno à sociedade.

Procurador Geral do Espírito Santo e presidente do Conselho Fiscal da Companhia de Gás (ESGás), Luiz Pavan, participou do seminário e falou do caso daquele estado que já tem uma

legislação que regulamenta a distribuição de gás natural. Segundo ele, o projeto tem gerado impacto positivo no consumidor e no RN, pois as ações do Governo convergem para o mesmo contexto e que é necessária ponderação para discutir e amadurecer o PL de forma consensual. O novo mercado pode permitir a negociação direta no ambiente de negócios, afirmou, por causa da segurança jurídica que proporciona ao mercado consumidor.

APROVAÇÃO

No dia 17 março de 2021, a Câmara dos Deputados aprovou o novo marco regulatório do setor de gás (PL 4476/20). O texto estabelece medidas como a desconcentração do mercado que na prática significa a quebra do monopólio do setor. Ou seja, uma mesma empresa fica impedida de atuar em todas as fases - da produção/extração à distribuição. A proposta será enviada à sanção presidencial.

A Petrobras, hoje, participa com 100% da importação e processamento e cerca de 80% da produção (gás de petróleo). A empresa tem vendido suas participações nas cadeias de transportadoras e distribuidoras após celebrar Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC) com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Em julho de 2019, o Ministério das Minas e Energia (MME) criou o Programa do Novo Mercado de Gás que incentiva os estados brasileiros a criarem suas leis locais de regulamentação do gás natural canalizado.

Além dos já citados, também participaram do evento: os deputados estaduais - Isolda Dantas e Francisco Medeiros; o secretário Extraordinário para Gestão de Projetos e Metas de Governo e Relações Institucionais (Segri), Fernando Mineiro; secretário estadual do Planejamento, Aldemir Freire; secretário estadual da Infraestrutura, Gustavo Rosado; o procurador-geral do Estado, Luiz Marinho; Marina Siqueira, assessora de Assuntos Institucionais e Regulatórios da Potigás; representantes de sindicatos de taxistas e motoristas por aplicativos, Sebrae, UFRN, Fórum Potiguar de Petróleo de Gás.



Sistema Integrado de Gestão da Educação do Rio Grande do Norte recebeu, até o dia 29 de março, inscrições de alunos para as turmas de entrada do ensino médio em tempo integral e profissional

Rede Estadual de Ensino recebe solicitações das matrículas 2021

EDUCAÇÃO | Novos estudantes poderão se matricular a partir do dia 31 de março até 6 de abril. Inscrições podem ser realizadas em casa, por meio do portal online SIGEduc

A rede estadual de educação iniciou um novo ciclo de matrículas. Após todas as unidades de ensino estadual concluírem a oferta de vagas, o Sistema Integrado de Gestão da Educação, recebeu, até o dia 29 de março, inscrição de alunos para as turmas de entrada do ensino médio em tempo integral e profissional integral, incluindo os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Novos estudantes que desejem ingressar nas demais etapas de ensino da rede estadual poderão se matricular a partir do dia 31 de março a 6 de abril.

A matrícula pode ser realizada em casa, por meio do portal do SIGEduc, disponível em <https://sigeduc.rn.gov.br/sigeduc/public/matricula/home.jsf>. O estudante, pai ou responsável deverá acessar a plataforma e seguir os passos que serão exibidos ao navegar pelo sistema. “O procedimento também poderá ser realizado pelo smartphone, através do aplicativo Matrícula Escolar RN. O app está disponível para download na loja de aplicativos da Google, a Google Play”, explica Ana Paula Flor, coordenadora de tecnologias da SEEC.

Devido a pandemia, a Central de Matrículas, que desde a sua criação funciona durante todo o processo de matrícula de novos estudantes na sede da SEEC, neste ano, realizará, seus atendimentos presenciais limitados. Seguindo protocolos de segurança sanitária, a central funcionará presencialmente nos dias 31 de março e 1º de abril, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL

Até ao 29 de março, os interessados se cadastraram para uma vaga no ensino médio em tempo integral. No total, foram disponibilizadas 6.480 vagas para as turmas da 1ª série. Presente em 34 cidades, estas unidades contarão com mais de 16 mil alunos matriculados neste ciclo letivo.

Para auxiliar alunos e pais com dúvidas sobre a metodologia utilizada nessas unidades de ensino em tempo integral neste ano, a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do RN, conta com um portal dedicado, com informações sobre as matrículas, prazos, equipes e a localização das escolas. O site está disponível em <https://querointegral.com.br/RN/>.

Navegando pela página, é possível tirar dúvidas sobre o que são as disciplinas eletivas, como é o processo de acolhimento dos alunos e de quantas horas são as jornadas de estudo.

Do universo das vagas destinadas ao tempo integral no ensino médio, 1.410 serão para as turmas dos Centros Estaduais de Educação Profissionais (CEEP). Com turmas para cursos que vão desde cursos mais tradicionais, como administração, a cursos voltado para novas tecnologias, como energias renováveis, oito unidades CEEP contam com oferta de matrícula. As cidades com escolas em tempo integral no ensino médio são: Acari, Alto do Rodrigues, Angicos, Apodi, Areia Branca, Assu, Caicó, Caraubas, Ceará Mirim, Currais Novos, Extremoz, Ipanguaçu, Itaú, Jardim do Seridó, João Câmara, Lagoa Nova, Macaíba, Macau, Martins, Mossoró, Natal, Nova Cruz, Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros, Pendências, Poço Branco, Rui Barbosa, São José do Mipibu, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante, Serra Negra do Norte, Taboleiro Grande, Touros e Umarizal.

Iniciada no ano de 2005, a matrícula antecipada NEE garante mais tempo ao sistema educacional do Estado para o planejamento e execução de melhorias que se fizerem necessárias para atender ao aluno, tanto no aspecto pedagógico como em sua inclusão escolar com o atendimento de suas necessidades educacionais específicas.

Neste ano, em virtude da adoção do Ciclo de Aprendizagem 2020/2021, os alunos veteranos que permanecerão na rede tiveram sua matrícula renovada automaticamente. As matrículas das vagas remanescentes, destinadas aos alunos que desejem ingressar na rede estadual, terão início em 31 de março com término em 6 de abril.

Após a matrícula, o pai ou responsável terá 15 dias para validar a matrícula, conforme orientação que será apresentada pelo sistema.

Governo do RN decreta medidas mais rígidas para frear pandemia

COVID-19 | Medidas mais restritivas são necessárias por causa do agravamento da pandemia no Estado. Determinações do mais recente decreto foram discutidas entre Governo do RN e Prefeitura do Natal. Até o fim do próximo dia 2 de abril, apenas atividades consideradas essenciais podem atender presencialmente. Demais serviços funcionam apenas para entregas

O Governo do Estado editou um novo decreto, em conjunto com a Prefeitura de Natal, instituindo medidas mais duras para promover o isolamento social e evitar o avanço do coronavírus no Rio Grande do Norte. As regras valem para o período de 20 de março a 2 de abril e disciplinam o setor público e privado. Entre as novas medidas adotadas estão o fechamento das atividades não essenciais e a suspensão das aulas presenciais em todas as modalidades de ensino.

“Estamos tomando essas medidas com o senso de responsabilidade que tenho. O que está em jogo neste exato momento, é a vida das pessoas. Abrimos leitos e mais leitos, montamos uma rede de mais de 700 leitos e continuamos abrindo mais, porém está provado no Brasil e no mundo, que há necessidade de medidas preventivas, como o distanciamento social, para que possamos conter a velocidade da transmissão da doença”, disse a governadora Fátima Bezerra.

O Decreto nº 30.419/21, o quarto do ano com foco em medidas restritivas para proteger a saúde da população e conter o colapso da rede de atendimento aos pacientes vítimas da Covid-19, foi construído a partir de discussões ao longo da semana com os diversos segmentos da sociedade – representantes dos demais Poderes, empresários, trabalhadores. O governo também buscou o consenso com os prefeitos, considerados peças fundamentais na aplicação das medidas nos 167 municípios, sob o respaldo do Ministérios Públicos Estadual, Federal e do Trabalho. Prefeitos sinalizaram apoio ao esforço do governo na luta contra o coronavírus.

Emocionada, a governadora fez um apelo à sociedade em defesa da vida. “Neste momento, não temos escolha. São vidas que estão em jogo. Precisamos garantir ao povo



Durante a vigência do atual decreto estadual, apenas atividades consideradas essenciais, como os supermercados, podem funcionar

o sagrado direito, que é cuidar da saúde, de sobreviver, daí porque peço a compreensão de todos. O momento é de união, de responsabilidade, do engajamento coletivo dos poderes, da sociedade, para, se Deus quiser, superarmos esse momento dramático que vivemos.”

Para mitigar os efeitos da quarentena, Fátima disse que vai anunciar medidas para beneficiar famílias de baixa renda. Esta semana, o governo do RN anunciou benefícios para empresas dos setores mais prejudicados pela pandemia.

O Rio Grande do Norte segue o caminho dos vizinhos Ceará, Paraíba e Pernambuco que enfrentam situação semelhante e adotaram medidas mais duras, diante da possibilidade de o sistema de saúde entrar em colapso.

DECRETO SUSPENDE ATIVIDADES NÃO ESSENCIAIS

Para editar o novo decreto, o governo do Estado levou em conta o aumento dos indicadores epidemiológicos – número de óbitos, taxa de ocupação de leitos de UTI e número de casos ativos – a presença de novas variantes do vírus circulando no RN e a baixa proporção da população vacinada. Considerou ainda o Ofício Conjunto nº 001/2021-MPRN/MPF/MPT, por meio do qual o Ministério Público do Estado (MPRN), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público

Federal (MPF) recomendaram ao Governo do Estado e à Prefeitura do Natal, o acatamento das medidas sugeridas na Recomendação nº 26 do Comitê de Especialistas do Estado.

MEDIDAS

Fica estabelecido que poderão funcionar, desde que adotados os protocolos sanitários, entre outras atividades, as de abastecimento de alimentos; assistência à saúde; postos de combustíveis; segurança privada; correios e serviços de entrega e transportadoras; lojas de autopeças; hotéis, flats, pousadas e acomodações similares; lavanderias; atividades financeiras e de seguros; atividades industriais. Os serviços não es-

senciais poderão funcionar de modo remoto, para teleatendimento e entrega em domicílio.

O novo decreto permite também o funcionamento de igrejas para orações individuais e com presença de 20 pessoas.

Já as aulas presenciais estão suspensas em todas as modalidades de ensino, exceto em atividades de educação em que o ensino remoto seja inviável, exclusivamente, para treinamento de profissionais de saúde e aulas práticas aos concluintes do ensino superior.

O QUE PODE FUNCIONAR

Serviços públicos essenciais; assistência à saúde, incluídos os serviços médicos, hospitalares e podologia; atividades de segurança privada; supermercados, mercados, padarias, feiras livres e demais estabelecimentos voltados para alimentação, vedada a consumação no local; farmácias, drogarias e similares, bem como lojas de artigos médicos e ortopédicos; serviços funerários; petshops, hospitais e clínicas de veterinário; serviços de imprensa; atividades de representação judicial e extrajudicial, consultoria jurídicas; correios, serviços de entregas e transportadoras; oficinas, serviços de locação e lojas de autopeças referentes a veículos automotores; oficinas, serviços de locação e lojas de suprimentos agrícolas; oficinas e serviços de manutenção de bens pessoais e domésticos, incluindo eletrônicos; serviços de locação de máquinas, equipamentos e bens eletrônicos e eletrodomésticos; lojas de material de construção, bem como serviços de locação de máquinas e equipamentos para construção; postos de combustíveis; hotéis, pousadas e acomodações, entre outros.

Governo Cidadão viabiliza R\$ 12 mi no combate ao coronavírus no RN

AÇÃO | Recursos foram viabilizados pelo acordo de empréstimo junto ao Banco Mundial e com autorização da instituição financeira para que a aplicação fosse destinada ao combate da pandemia. Iniciativas vão desde a aquisição de equipamentos hospitalares, passando pela compra de EPIs para profissionais até reformas de hospitais para instalação de aparelhos

Tendo como prioridade poupar as vidas do povo do Rio Grande do Norte, a gestão da governadora Fátima Bezerra vem se empenhando no combate ao novo coronavírus e aos impactos trazidos à população norte-riograndense. Já no final de fevereiro de 2020, antes mesmo da chegada do vírus, o Governo do RN, entre outras ações, manteve o diálogo com os demais Poderes e com a iniciativa privada; articulou com os demais governadores do Nordeste, por meio do Fórum de Governadores; criou um Comitê Científico da SESAP; contratou pessoal e pagou extra para os profissionais de saúde da linha de frente; e adquiriu insumos e equipamentos.

“Desde o primeiro dia em que nos reunimos, para discutir as ações de combate a essa pandemia, nossa prioridade é a de poupar vidas, tanto na prevenção como no tratamento daqueles infectados que adquiriram a forma mais grave da doença. Lamentamos profundamente aqueles que não sobreviveram. Cada vida importa. Nossa maior esperança no momento é que haja mais agilidade na aquisição de vacinas por parte do Governo Federal. Mas, foi um período também em que enfrentamos as dificuldades com um trabalho constante em que prevalece o diálogo, a transparência das ações, a união de forças e, sobretudo, muito comprometimento com o que fazemos”, disse a governadora Fátima Bezerra. Ela lembrou também que embora a pandemia tenha modificado os rumos e a vida de todo o mundo, o Estado não ficou parado. Muito pelo contrário, foram desenvolvidas ações nas mais diversas áreas de atuação do Governo do Estado no âmbito do desenvolvimento econômico, da agricultura, da segurança hídrica, da assistência Social, e dos diversos serviços ofere-



Recursos foram viabilizados pelo acordo de empréstimo junto ao Banco Mundial e foram aplicados em ações de enfrentamento à pandemia

cidos ao público.

GOVERNO CIDADÃO

Para somar esforços ao Governo do RN, o Projeto Governo Cidadão já investiu cerca de R\$ 12 milhões em ações de combate à doença. Os recursos foram viabilizados pelo acordo de empréstimo junto ao Banco Mundial e com autorização especial da instituição financeira para que a aplicação fosse destinada ao combate da pandemia.

A partir de parceria com a secretaria de Saúde (Sesap), as iniciativas vão desde a aquisição de equipamentos e mobiliários hospitalares, com o objetivo de consolidar as ações na área, fortalecendo a rede hospitalar estadual, com foco na melhoria da recepção

e do tratamento da população infectada, passando pela compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para profissionais e por reformas de unidades de Saúde para instalação de aparelhos como Raio-x e tomógrafos, essenciais ao diagnóstico e tratamento eficaz da Covid-19 e de outras doenças respiratórias.

Com as secretarias do Trabalho, Habitação e Assistência Social (Sethas) e do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (Sedraf) houve, ainda, a aquisição de 13 mil unidades de máscaras de tecido doadas à população, além da aquisição de cinco mil cestas básicas com produtos da agricultura familiar doadas a comunidades quilombolas afetadas pela pandemia.

OBRAS MANTIDAS COM SEGURANÇA

Para que as obras de construção e reforma viabilizadas pelo Governo Cidadão fossem mantidas, conservando empregos e o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, as empresas de engenharia responsáveis firmaram um Termo de Compromisso com a Secretaria Estadual de Planejamento.

A partir deste documento, implementaram protocolos de biossegurança rígidos em seus canteiros de obras para a manutenção da integridade da saúde dos colaboradores e de terceiros.

As medidas vão durar até o fim da situação de calamidade pública decretada pela governadora Fátima Bezerra (Decreto nº 29.534) em 19 de março de 2020.

O secretário de Gestão de Projetos e Metas e coordenador do Governo Cidadão, Fernando Mineiro, também coordenador do Pacto pela Vida, ação do Governo que articula prefeituras no combate ao vírus, vem tendo o cuidado de reposicionar toda a sua equipe diante do aumento ou arrefecimento da pandemia.

As iniciativas passam pela reorganização do funcionamento dos setores por meio do teletrabalho e de rodízios, promovendo a segurança de todos os colaboradores e mantendo o trabalho sem qualquer prejuízo à execução do acordo de empréstimo.

“Desde o primeiro sinal de que a Covid-19 havia chegado ao RN estamos empenhados e trabalhando em integração. Tem sido um ano de exaustão para todos, mas o Governo está firme cumprindo a sua parte para enfrentar a pandemia. Nesse cenário, o Governo Cidadão não tem medido esforços para colaborar com o combate ao novo vírus”, assinalou Mineiro.

Ainda para contribuir com informação e a conscientização dos envolvidos no Projeto e da população em geral, o Governo Cidadão tem produzido conteúdo para divulgar os cuidados necessários.

Estão sendo produzidos vídeos, banners e cards para as plataformas digitais, além de cartilhas educativas e matérias que destacam a importância do isolamento social e de outras precauções recomendadas pelas autoridades sanitárias.

Ciosp tem investimento de R\$ 6,9 milhões e amplia monitoramento

SEGURANÇA PÚBLICA | Serviço de instalação de equipamentos de videomonitoramento está sendo finalizado com o investimento total de R\$ 6,9 milhões. Pontos funcionarão de maneira integrada, 24 horas por dia, com profissionais cobrindo sete municípios da região metropolitana: Natal, São José de Mipibu, Parnamirim, Ceará-Mirim, Extremoz, São Gonçalo e Macaíba.

Por meio da ação do Governo do RN, a região da Grande Natal agora possui 180 pontos de videomonitoramento para ampliar a atuação das forças da Segurança Pública do Estado. O serviço de instalação dos equipamentos, que em dezembro de 2018 foi repassado à atual gestão do Governo do RN com apenas 18% de execução, está sendo finalizado com o investimento de R\$ 6,9 milhões viabilizados pelo projeto Governo Cidadão, Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED) e pelo Banco Mundial.

O importante reforço tecnológico conta com 140 câmeras e outras 40 câmeras em portais que integram o sistema de videomonitoramento do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp) – órgão de controle de emergências da SESED. Os equipamentos serão bens próprios entregues à Segurança Pública do Estado, o que eliminará a contratação de serviços de videomonitoramento em anos anteriores prestados pontualmente por empresas privadas, o que promoveu a economia dos recursos públicos.

Segundo a Coordenadoria da Tecnologia da Informação da Sed, em 2018, quando este sistema de videomonitoramento começou a ser instalado, o Ciosp utilizava na região metropolitana da capital apenas 14 câmeras oriundas do “legado da Copa”, mais outras 30 contratadas por uma empresa particular e cerca de dez de propriedade do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RN) e da Prefeitura Municipal de Natal, adicionadas ao Ciosp por meio de convênios, e que ainda funcionavam em anos diferentes.

“Mesmo com as limitações impostas pela pandemia e pela escassez de recursos financeiros do nosso Estado, temos conseguido



Das 180 câmeras, 140 são do modelo PTZ, que se movimentam em várias direções e oferecem qualidade de imagem de até 4K

melhorar a Segurança do Rio Grande do Norte. Mais uma vez, contamos com o trabalho do Governo Cidadão e temos este sistema de videomonitoramento eficaz que se soma a outras ações que já implantamos, todas planejadas pela nova Política de Segurança Pública e Defesa Social da nossa gestão”, declarou a governadora Fátima Bezerra.

A ação do Governo Cidadão desenvolveu-se no escopo da melhoria dos serviços públicos, uma das metas estratégicas do Projeto: “É a tecnologia fortalecendo os processos de gestão integrada da Secretaria de Segurança, tendo como benefício direto o aumento da qualidade de vida da população”, pontuou o secretário estadual de Gestão de Metas e Projetos, Fernando Mineiro, coordenador do

Governo Cidadão.

SOBRE O VIDEOMONITORAMENTO

Os 180 pontos funcionarão de forma integrada, 24 horas por dia, cobrindo sete municípios da região metropolitana da capital: Natal, São José de Mipibu, Parnamirim, Ceará-Mirim, Extremoz, São Gonçalo e Macaíba. Das 180 câmeras, 140 são do modelo PTZ que se movimentam em várias direções ao seu redor, oferecem qualidade de imagem de até 4K, têm alta sensibilidade e zoom potente.

As demais 40 são do tipo LPR – fazem reconhecimento de placas de veículos à distância, inclusive no período noturno. Farão parte de portais - pequenos sistemas compostos por câmera e braço metálico, com a função de acionar

a Polícia Militar quando identificar uma placa de carro roubado.

O sistema foi dividido operacionalmente em dez Áreas de Policiamento Eletrônico (APE) que cobrem desde o interior até as praias urbanas da capital. Todas as implantações foram finalizadas pela SESED, restando apenas a ligação de energia elétrica dos 20 portais para que o sistema seja ativado, o que já está sendo tratado com a Cosern. Do total, 120 câmeras PTZ já estão configuradas no Ciosp e outras 20 estão passando por esse em processo para que atinjam o seu pleno funcionamento.

FUNCIONALIDADE NA PANDEMIA

Com o atual decreto estadual que determina medidas de isolamento social mais rígidas até o fim

DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

1. Ceará-Mirim (10 pontos de vigilância): 06 câmeras PTZ e 04 portais
2. Extremoz (08 pontos de vigilância): 04 Câmeras PTZ e 04 Portais
3. São Gonçalo do Amarante (06 pontos de vigilância): 02 Câmeras PTZ e 04 Portais
4. Macaíba (13 pontos de vigilância): 09 Câmeras PTZ e 04 Portais
5. Parnamirim (15 pontos de vigilância): 13 Câmeras PTZ e 02 Portais
6. São José de Mipibu (11 pontos de vigilância): 05 Câmeras PTZ e 06 Portais
7. Natal (101 pontos de vigilância):
 - a) Zona Sul (32 pontos de vigilância) - 24 Câmeras PTZ e 08 Portais
 - b) Zona Leste (35 pontos de vigilância) - 32 Câmeras PTZ e 03 Portais
 - c) Zona Oeste (22 pontos de vigilância) - 20 Câmeras PTZ e 02 Portais
 - d) Zona Norte (28 pontos de vigilância) - 25 Câmeras PTZ e 03 Portais

Com o apoio da análise criminal do Ciosp, todos os pontos de instalação foram escolhidos para tirar o proveito máximo desses equipamentos. Com eles, haverá um salto considerável de melhorias na Segurança Pública, especialmente com o uso dos portais, que não existiam antes.

do dia 2 de abril deste ano, uma funcionalidade será incorporada aos equipamentos: a de auxiliar os policiais na identificação de atos de descumprimento das determinações, como aglomerações de pessoas.

O secretário de Estado da Segurança, Cel. Francisco Araújo, tem acompanhado pessoalmente o uso do videomonitoramento no Ciosp e avalia positivamente o serviço: “As câmeras de videomonitoramento são ferramentas de fundamental importância para a segurança pública, pois possibilitam uma visão do espaço geográfico urbano e rural, proporcionando uma otimização dos recursos empregados e trazendo um melhor tempo resposta nas ações policiais”, finalizou.



Execução dos serviços capitaneados pelo Governo do Estado atingiu 76% e a licitação da caixa cênica do Teatro Alberto Maranhão já teve o resultado homologado no Diário Oficial do Estado (DOE)

Teatro Alberto Maranhão completa 117 anos com obras de restauro avançadas

CULTURA POTIGUAR | Restauração do teatro já atingiu 76% e licitação da obra está atualmente sendo finalizada pelo Governo do RN

O Teatro Alberto Maranhão (TAM) completa no dia 24 de março 117 anos de fundação com as obras de restauro perto de ser concluídas e licitação da reforma da caixa cênica em trâmites finais. A execução dos serviços capitaneados pelo Governo do Estado atingiu 76% e a licitação da caixa cênica já teve o resultado homologado no Diário Oficial no último dia 20 de março, com o Consórcio CRM/Edcon vencedor do certame.

“Precisamos corrigir erros nos projetos deixados pela gestão passada e também incluir a reforma da caixa cênica, que sequer havia sido pensada no projeto original. O Banco aprovou a inclusão dessa obra no acordo de em-

préstimo e agora estamos finalizando os trâmites licitatórios”, destaca o secretário de Gestão de Projetos e Metas e coordenador do Governo Cidadão, Fernando Mineiro.

Administrado pela Fundação José Augusto, o teatro faz aniversário em meio à maior intervenção de restauro de sua história, executada pelo Projeto Governo Cidadão e Secretaria de Turismo, com recursos do empréstimo junto ao Banco Mundial, e fiscalizada pela FJA e Iphan. Todos os elementos estão em recuperação para devolver suas características históricas e arquitetônicas originais. As fachadas têm uma importante recuperação nos adornos e paredes, com direcionamento, inclusive, do traço de argamassa que deve ser utilizado pela construtora responsável, a Ramalho Moreira.

A intervenção do Governo do RN abrange desde a renovação das estruturas elétricas, hidráulicas e de acessi-

bilidade do espaço, até a climatização e paisagismo, reestruturação do palco e camarins, passando ainda por ações de combate a incêndio e implementação de sistema de esgoto. Estão sendo aplicados R\$ 10,4 milhões em obras e equipamentos. As obras estão em sua fase final, restando a conclusão de serviços como emassamento de paredes, pintura, revestimento, restauro de ladrilhos, finalização de recuperação do forro, conclusão das instalações elétricas e hidráulicas, instalação e ligação da subestação e, por fim, a limpeza final.

O Governo do Estado encontrou apenas 5% das obras executadas e uma série de entraves que dificultavam o andamento do cronograma. O projeto anterior continha erros técnicos que exigiram adequações, e um exemplo disso é a não inclusão da reforma da caixa cênica do teatro. Depois de desenvolvido por dois especialistas, o projeto foi aprovado pelo Banco Mundial.



Governo atual encontrou apenas 5% das obras executadas e entraves que dificultavam o serviço

Ação conquista na Justiça aumento no fornecimento de oxigênio ao RN

ABASTECIMENTO | Governo do Estado conquistou na Justiça a ampliação do contrato de fornecimento de oxigênio para a rede estadual de hospitais, coordenada pela Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap). Acréscimo de 25% na quantidade de oxigênio entregue pela White Martins será voltado para os municípios potiguares que passam por dificuldade no momento

O Governo do Estado conquistou na Justiça Estadual a ampliação do contrato de fornecimento de oxigênio para a rede estadual de hospitais, coordenada pela Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap). O acréscimo de 25% na quantidade de oxigênio entregue pela White Martins será voltado para os municípios do Rio Grande do Norte que passam por dificuldade de abastecimento por conta do aumento da demanda de casos de Covid-19.

A decisão emitida pelo juiz Jorge Carlos Meira Silva é fruto de uma ação apresentada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) após uma articulação da Sesap junto aos municípios durante a semana passada. Diante dos relatos feitos pelas gestões municipais ao Governo por meio do Conselho Estadual de Secretarias Municipais de Saúde do RN (Cosems-RN), a Sesap requisitou o aumento no contrato de fornecimento do gás.

O Rio Grande do Norte recebeu no último sábado (27) 160 cilindros de oxigênio medicinal encaminhados pelo Ministério da Saúde para auxiliar o abastecimento em unidades hospitalares que atuam no combate à Covid-19 por todo o estado. O avião Hércules, da Força Aérea Brasileira, responsável pela condução da carga, pousou na Base Aérea de Natal por volta das 12h40.

Os cilindros serão distribuídos para 49 municípios, de acordo com a Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap). No total, o governo do estado solicitou 450 unidades ao Ministério da Saúde, que já sinalizou o envio das outras 290 nas próximas semanas.

O reabastecimento desses cilindros ficará a cargo do estado e será realizado por meio do aditivo contratual que foi feito com a White Martins.

A governadora Fátima Bezerra participou na sexta-feira (26) de



ELISA ELSIE / GOVERNO DO RN

Acréscimo de 25% na quantidade de oxigênio entregue pela White Martins será voltado para os municípios que passam por dificuldades

reunião com o novo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e reforçou o pedido de prioridade à questão do abastecimento de oxigênio nos municípios potiguares. “Já oficializamos ao ministro Marcelo Queiroga, neste sábado, a necessidade do envio de novos cilindros para atender a necessidade dos municípios. Isso é urgente. Também solicitamos mais 300 concentradores e a instalação de mais dez usinas de produção de oxigênio no Rio Grande do Norte”, falou.

Antes dos cilindros, o RN já havia recebido 75 concentradores de oxigênio enviados pelo Projeto Gratidão de Manaus, em um gesto de agradecimento por ter abrigado pacientes quando a rede de saúde do Amazonas entrou em colapso, no início do ano. Os concentra-

dores são versões menores que os cilindros de oxigênio comprimido recebidos neste sábado e podem ser transportados pelo paciente durante o tratamento.

“Importante ter essa pactuação junto com o Cosems pra que os concentradores sejam enviados para aqueles municípios que mais precisam e a gente não perca os critérios. Quando conversei com o governador Wilson, o exemplo que citei logo foi Ceará-Mirim, como o que estava na situação mais crítica”, alertou a governadora, professora Fátima Bezerra, comunicando que a Anvisa está acompanhando as fabricantes e distribuidoras de oxigênio, que também se comprometeram em reduzir a produção do gás destinado à indústria para aumentar o produto medicinal.

URGÊNCIA PARA ABASTECIMENTO DE OXIGÊNIO EM MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Levantamento do Cosems-RN, demandado pela Sesap, constatou que 46 municípios necessitam hoje de cilindros adicionais para sustentar a demanda com o aumento das internações.

As Prefeituras são responsáveis pelo abastecimento de suas unidades, mas a governadora lembrou que apesar disso, o SUS é tripartite e que “se faz necessário o trabalho integrado.”

A Sesap informou no encontro que os 16 hospitais, sob gerência do Estado que recebem pacientes Covid, seguem com abastecimento regular garantido pela empresa White Martins, conforme planejamento montado, com investimento

na melhoria na rede de gases, desde o início da pandemia em 2020.

“Nós vivemos um momento dramático da pandemia, no qual além dos serviços hospitalares que a gente consegue acompanhar pela transparência, temos sobrecargas nas portas, nas unidades de pronto-atendimento, porque os pacientes geralmente ficam lá à espera de leitos”, contextualizou a secretária adjunta Maura Sobreira, ao ressaltar que o problema é nacional devido à alta demanda.

“Em nosso estado, as unidades estaduais seguem abastecidas, mas precisamos de unidade para preservar as vidas das pessoas em toda a rede. Esse é o nosso maior incentivador, salvar vidas sem medir esforços”, finalizou Maura Sobreira.

“O Governo está fazendo sua parte, buscando o diálogo para encontrar a solução e não deixar os municípios sozinhos nessa luta”, afirmou o secretário de Gestão de Projetos e Metas do Governo e coordenador do Pacto pela Vida, Fernando Mineiro.

Representantes do Ministério Público parabenizaram a ação da Sesap e do Governo e registraram a importância do diálogo e de todo o esforço das equipes da saúde para conseguir atravessar esse momento crítico.

Parte dos municípios potiguares passa por dificuldades, motivo da ação da Secretaria de Estado junto ao Ministério da Saúde. De acordo com o Conselho Estadual de Secretarias Municipais de Saúde do RN (Cosems-RN), 46 cidades estão com entraves junto aos fornecedores para regularizar o abastecimento de oxigênio.

Paralelamente, a Sesap segue trabalhando em conjunto com as prefeituras para traçar estratégias de resolução do problema e garantir a regularidade do abastecimento de oxigênio às unidades hospitalares municipais.



MAIS DE 750 LEITOS SUS/RN E 4 MIL PROFISSIONAIS DE SAÚDE CONTRATADOS. ISSO EQUIVALE A 6 HOSPITAIS DE CAMPANHA.

O GOVERNO DO RN SEGUE NO COMBATE À COVID INVESTINDO EM TODA REDE DE SAÚDE DO RN.

Desde o início da pandemia, o Governo do Estado segue firme
no trabalho de estruturação de toda a rede de saúde pública do RN.

Criar leitos em hospitais da rede de saúde é muito mais rápido,
o resultado é imediato, e depois da pandemia a estrutura vai ficar.

Mais de 750 leitos SUS/RN equivale a 6 hospitais de campanha.

Abrir leitos com agilidade: isso é compromisso com a vida e com você.

**TODOS JUNTOS
CONTRA A COVID**

